

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

DA ELETROMIDIA S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

24 DE MARÇO DE 2023

ELETROMIDIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 09.347.516/0001-81

NIRE 35.300.458.89-3 | Código CVM n.º 02556-9

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. OBJETO	3
2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS	3
3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA	4
4. LOCAL DA ASSEMBLEIA	4
5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	5
6. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA	7
7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA	9
8. APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA	10
9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL	10
10. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA	10
10.1. <i>Demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022</i>	11
10.2. <i>Contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;</i>	11
10.3. <i>a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e</i>	12
10.4. <i>A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023.</i>	12
10.4.1. <i>Valores a serem destinados por órgão da administração</i>	12
10.4.2. <i>Remuneração Fixa</i>	13
10.4.3. <i>Remuneração Variável</i>	13
11. CONCLUSÃO	13

ELETROMIDIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 09.347.516/0001-81

NIRE 35.300.458.89-3 | Código CVM n.º 02556-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em atenção ao disposto nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022 (“**RCVM 80**”), da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 (“**RCVM 81**”), a administração da Eletromidia S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 7º andar, “parte”, Itaim Bibi CEP 04538-132 (“**Companhia**” ou “**Eletromidia**”), submete à apreciação de V.Sas. a proposta a seguir (“**Proposta**”), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2023, às 15h (“**Assembleia**” ou “**AGO**”).

1. OBJETO

O objeto desta Proposta é a análise das matérias que serão examinadas, discutidas e votadas na Assembleia, a saber:

- (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
- (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023.

2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

A administração da Companhia, em atendimento ao disposto nos arts. 133 e 135, § 3º, da Lei das S.A. e à RCVM 80, coloca à disposição dos Senhores Acionistas, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da data marcada para realização da Assembleia, os seguintes documentos:

- (i) relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

- (iii) relatório anual dos auditores independentes;
- (iv) parecer do Conselho Fiscal;
- (v) parecer do Comitê de Auditoria da Companhia (“**Comitê de Auditoria**”);
- (vi) Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria;
- (vii) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes;
- (viii) declaração dos diretores de que reviram e discutiram as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, informando se concordaram ou não com tais opiniões e as razões, em caso de discordância;
- (ix) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP;
- (x) boletim de voto a distância; e
- (xi) a presente Proposta, com seus respectivos anexos.

Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia estão à disposição dos senhores Acionistas nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores.

3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Nos termos do art. 124 da Lei das S.A., a Assembleia será convocada por anúncio publicado, por 3 (três) vezes, no mínimo, nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia.

De acordo com a legislação aplicável, a primeira publicação do anúncio de convocação de assembleia geral de companhias abertas será realizada com, no mínimo, 21 dias de antecedência da Assembleia Geral, em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da Companhia de forma resumida, com a divulgação simultânea da íntegra do documento na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade do documento mantido na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (“**ICP-Brasil**”).

No caso específico da Companhia, o edital de convocação será publicado, por 3 (três) vezes no jornal “Gazeta de São Paulo”.

4. LOCAL DA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, por meio de disponibilização de sistema eletrônico que possibilitará que os acionistas acompanhem e votem na Assembleia, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, de acordo com os termos estabelecidos na RCVM 81.

Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que esta será realizada exclusivamente de modo digital.

5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na RCVM 81, de forma que os senhores acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico para participação a distância.

Para participação na Assembleia, o acionista deverá realizar cadastro na plataforma “*Ten Meetings*” (“Plataforma Digital”), por meio do link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8B79D158C50B>, que deverá ser recebido devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir, impreterivelmente, até **22 de abril de 2023** (“**Cadastro**”).

A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir.

Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e em linha com as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, os seguintes documentos:

- (i) documento de identidade com foto do titular;
- (ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia;
- (iii) instrumento de outorga de poderes e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e dos documentos sociais; e
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar de forma eletrônica os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) estatuto social ou contrato social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos

societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014).

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia.

Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para o Cadastro, o acionista receberá da Companhia, em seu e-mail utilizado para o Cadastro, até 24 horas antes da Assembleia confirmação do credenciamento para participação na Assembleia.

As instruções e informações de acesso serão intransferíveis e de uso exclusivo de cada acionista ou de seu representante, de maneira que não poderão ser transferidas e/ou utilizados de forma concomitante por mais de uma pessoa.

Caso o acionista não receba informações e confirmações para participação na Assembleia, conforme acima indicadas, com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@eletromidia.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informar a ausência do recebimento das informações e confirmações para participação na Assembleia na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Os acionistas deverão se comprometer a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

O acionista participante que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio do Departamento de Relações com Investidores.

Na data da Assembleia Geral, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 minutos antes e até o horário estabelecido para o início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso ao sistema, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o horário estabelecido para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro e recebimento das instruções de acesso à Assembleia. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência.

6. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Com observância da RCV 81, foi disponibilizado boletim de voto a distância nas páginas da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual.

Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas no boletim, observados os seguintes procedimentos:

(i) Envio do boletim diretamente à Companhia

Depois de preenchido o boletim, os Senhores Acionistas deverão enviar, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores por meio eletrônico para o endereço ri@eletromidia.com.br, os seguintes documentos:

- a) o boletim de voto a distância, com todos os campos devidamente preenchidos, rubricado, caso aplicável e assinado com a firma reconhecida, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários;
- b) documentos de identificação e de comprovação de representação, conforme instruções indicadas no item 5 acima.

Para ser aceito validamente, o boletim de voto, observado o disposto acima, deverá ser recebido pela Companhia até o dia **17 de abril de 2023**.

Nos termos do art. 46 da RCVM 81, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelo acionista no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do boletim de voto a distância: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

Conforme parágrafo único do art. 46 da RCVM 81, o acionista pode retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado.

Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima.

(ii) Envio por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo inciso II do art. 27 da RCVM 81, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os Senhores Acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam recebidas até **17 de Abril de 2023**, ou outra data específica, indicada pelos respectivos prestadores de serviço.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A. (“**Escriturador**”).

O agente de custódia e o Escriturador verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia, no momento da realização da Assembleia, depois do recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

Caso necessitem de informações adicionais, os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Escriturador para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que tenham parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

(iii) Informações Adicionais

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

- a) caso haja divergências entre eventual boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo Escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do Escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do Escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do §2º do art. 48 da RCVM 81;
- b) conforme determinado pelo §1º do art. 44 da RCVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- c) encerrado o prazo de votação à distância por meio de boletim, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia, observado que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que participe e vote da Assembleia por meio do sistema eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para aquele acionista, identificado por meio do número de seu CPF ou CNPJ, devem ser desconsideradas, nos termos do inciso II, §2º do art. 28 da RCVM 81; e
- d) conforme previsto no art. 49 da RCVM 81, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para a realização em primeira convocação.

7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as Assembleias Gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 das ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Nesse sentido, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos 1/4 do capital social total e votante da Companhia.

Se não for possível instalar a Assembleia, conforme o caso, em primeira convocação, novos anúncios de convocação serão oportunamente publicados pela Companhia, sendo que, em segunda convocação, a Assembleia poderá ser instalada com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto.

8. APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA

Nos termos do art. 129 da Lei das S.A., as deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções.

Visto que as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia não estão sujeitas à aprovação por *quorum* qualificado, a aprovação das matérias objeto da ordem do dia da Assembleia dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à Assembleia, desconsideradas as abstenções.

9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

Os trabalhos das Assembleias Gerais são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais”, que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, ou pelos acionistas titulares de ações suficientes para constituir a maioria necessária para as deliberações da Assembleia Geral (Lei das S.A., artigo 130, *caput*), sendo permitido lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, observados os requisitos legais, bem como a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., artigo 130, § 2.º).

Desse modo, a Administração propõe que a ata da Assembleia seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados os requisitos legais acima referidos, e sua publicação seja efetuada com a omissão das assinaturas dos acionistas.

Uma vez que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 47, § 2º, da RCVM 80, o registro em ata dos acionistas que participarem da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação a distância será feito pelo presidente ou secretário da mesa.

Em conformidade com as orientações da CVM, todas as declarações de voto, de dissidências e de protesto entregues à mesa serão digitalizadas e enviadas eletronicamente para a CVM juntamente com a ata da Assembleia.

10. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA

O objetivo desta seção é analisar as matérias submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas na Assembleia, permitindo, assim, a formação de convicção e a tomada de decisão informada e refletida por parte dos acionistas.

10.1. Demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A administração da Companhia submete à apreciação dos Senhores Acionistas, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com a Lei das S.A., com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Nos termos da legislação aplicável, as demonstrações financeiras da Companhia foram colocadas à disposição dos Senhores Acionistas na forma de “caderno do auditor” acompanhadas dos seguintes documentos e informações:

- (i) relatório dos Administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado;
- (ii) relatório anual do auditor independente, incluindo o respectivo parecer;
- (iii) parecer do Conselho Fiscal;
- (iv) declaração dos diretores de que reviram e discutiram as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, informando se concordaram ou não com tais opiniões e as razões, em caso de discordância
- (v) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras;
- (vi) relatório anual resumido do Comitê de Auditoria; e
- (vii) parecer do Comitê de Auditoria que trata das Demonstrações Financeiras.

Em atendimento à regulamentação aplicável e logrando incrementar a compreensão de V.Sas. com relação à realidade da Companhia, o **Anexo I** à presente Proposta contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência.

Assim, com base nos documentos e informações disponibilizados, a Administração propõe a aprovação integral das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

10.2. Contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

A Administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas., por meio do relatório da administração, as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O relatório dos Administradores sobre os negócios sociais contém as informações mínimas previstas na Lei das S.A. e na regulamentação da CVM.

Desta forma, com base nos documentos e informações, a administração propõe à Assembleia a aprovação integral das contas dos Administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

10.3. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

Nos termos do art. 189, caput, da Lei das S.A., devem ser deduzidos do resultado do exercício, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Nesse sentido, uma vez que a Companhia atualmente registra prejuízos acumulados, propõe-se que o resultado positivo apurado no exercício, no valor total de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões e cento e noventa mil), seja destinado à dedução da conta de “Prejuízos Acumulados”.

A Administração da Companhia consigna que, aprovada a referida proposta, a conta “Prejuízos Acumulados”, após a absorção de parcela dos prejuízos acumulados pelo resultado positivo apurado, passará a registrar o valor total de R\$ 55.051.000,00 (cinquenta e cinco milhões e cinquenta e um mil reais).

A administração da Companhia informa, ainda, que, em função do resultado apurado, as informações indicadas no Anexo A à Res. CVM 81 constam do Anexo II à presente Proposta.

10.4. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023.

Segundo o art. 152 da Lei das S.A., a Assembleia Geral deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício social de 2023, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 29 milhões (vinte e nove milhões) para a remuneração global dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os membros das remunerações individuais e repartir as parcelas fixa e variável, dentro do limite proposto, nos termos do art. 16, do estatuto da Companhia.

O valor global de remuneração da administração proposto compreende a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo remuneração fixa e variável, direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência da remuneração baseada em ações da Companhia. Ressalta-se que não estão incluídos no valor global ora proposto tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus do empregador.

10.4.1. Valores a serem destinados por órgão da administração

Subordinado à efetiva deliberação do Conselho de Administração para distribuição da remuneração entre os órgãos, estima-se a atribuição do montante global de até R\$ 2.066.656,00 (dois milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais) para o Conselho de

Administração e de até R\$ 26.933.344,00 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais) para a Diretoria, incluídos nesse total os montantes a serem arcados pela Companhia em decorrência dos planos de remuneração baseado em ações da Companhia e não incluídos nesse montante os encargos sociais de ônus do empregador.

A tabela a seguir apresenta a estimativa de divisão da remuneração global entre os órgãos da administração. Ressalta-se que, nos termos do estatuto da Companhia, a competência para a distribuição individual da remuneração global é do Conselho de Administração. Desse modo, o Conselho de Administração poderá alocar a remuneração entre os órgãos de maneira diferente da prevista nesta Proposta.

	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria (R\$)	TOTAL (R\$)
Remuneração Variável	0	14.599.733,00	14.599.733,00
Remuneração Fixa (salário/prolabore)	840.000,00	3.420.000,00	4260.000,00
Benefícios	0	810.850,92	810.850,92
Baseada em Ações	1.226.656,00	8.102.760,00	932.9415,90
TOTAL (R\$)	2.066.656,00	26.933.344,00	29000000

**Não incluídos valores para o conselho fiscal.*

10.4.2. Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é composta por pró-labore. A remuneração fixa dos diretores é composta por salário ou pró-labore, e em benefícios (vale refeição, vale alimentação, vale combustível, seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica, estacionamento, previdência privada e verba de representação).

10.4.3. Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável. No caso da Diretoria, a remuneração variável consiste em participação nos resultados, bônus e em remuneração baseada em ações.

As informações sobre a remuneração dos administradores na forma da Seção 8 do Formulário de Referência, conforme previsto na RCVM 81, constam do **Anexo III** da presente Proposta.

11. CONCLUSÃO

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos Senhores Acionistas e recomenda a sua integral aprovação.

São Paulo, 24 de março de 2023.

Rodrigo Brandão Feitosa

Presidente do Conselho de Administração

ELETROMIDIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 09.347.516/0001-81

NIRE 35.300.458.89-3 | Código CVM n.º 02556-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I:

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Conforme Seção 2 do Formulário de Referência)

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.10, foram derivadas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao total ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa operacional, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do nosso plano de negócios para os próximos doze meses. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido foi de R\$ 51,4 milhões em comparação ao prejuízo de R\$ 11,5 milhões no exercício de 2021. Na opinião dos Diretores da Companhia apesar de um

começo de ano ainda impactado pelas consequências do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 como cancelamento do Carnaval 2022, a retomada de grandes eventos trouxe de volta a vida às cidades e aumentou o fluxo de público nas ruas. Envigorando a importância da publicidade e a visibilidade das marcas anunciadas, o ano ainda foi impactado positivamente pelos grandes festivais musicais e pela Copa do Mundo. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado foram de R\$ 251.8 milhões e 31,5%, respectivamente, em comparação a R\$ 81,4 milhões e 19,6% respectivamente no exercício de 2021.. Na opinião dos Diretores da Companhia, esse crescimento pode ser atribuído em grande parte ao aumento das vendas, impulsionado pelo desempenho favorável da vertente de ruas com a consolidação dos investimentos feitos no ano, além do desempenho de edifícios e shoppings além dos impactos explicados sobre a retomada do setor. O passivo total (passivo circulante e passivo não circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1,1 bilhão.

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhares, exceto %)	2022
Receita líquida	799.978
Lucro líquido (prejuízo)	51.410
⁽¹⁾	
EBITDA Ajustado ^{(1) (2)}	251.820
Margem EBITDA	31,5%

(1) Inclui os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Para maiores informações vide seção 10.4 deste Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da reconciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência da Companhia.

Índice de Liquidez

Exercício Social findo em 31 de dezembro de

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
Ativo circulante (a)	410.827
Ativo realizável a longo prazo (1) (b)	153.921
Passivo circulante (c)	555.052
Passivo não circulante (d)	548.996
Índice de Liquidez Geral (a + b) / (c + d)	0,51
Índice de Liquidez Corrente (a) / (c)	0,74

(1) Refere-se ao ativo não circulante consolidado deduzido do imobilizado, intangível e direito de uso.

Os índices de Liquidez Geral e Corrente estão impactados no ativo principalmente pelo consumo de caixa no ano para as aquisições das empresas Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (Otima) e Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. (MOOHB) em contrapartida o aumento do passivo oriundo de empréstimos adquiridos para reequilíbrio do caixa e provenientes das próprias adquiridas.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento.

A Dívida Líquida da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
(+) Debêntures	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos	206.471
(+) Passivo de arrendamento	9.552

Dívida Bruta	693.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(168.821)
Dívida Líquida	524.691

Como explicado no tópico sobre liquidez, a dívida líquida tem um valor relevante por consequência da diminuição de caixa consumido para fins das aquisições por outro lado e as captações de empréstimos para equilíbrio de caixa, além dos próprios empréstimos oriundos das aquisições.

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – Return Over Equity)

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) significa retorno sobre o patrimônio líquido e é obtido pela razão do lucro líquido (prejuízo) pelo patrimônio líquido.

O ROE não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

A Companhia entende que a apresentação do ROE é apropriada na medida em que permite demonstrar a capacidade de geração de valor da Companhia a partir da aplicação dos recursos de seus acionistas.

A tabela abaixo apresenta os valores do ROE referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhares, exceto %)	2021
Lucro líquido	51.410
Patrimônio líquido	953.986
ROE	5,4%

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 953.986 milhões..

Acreditamos que nossa estrutura de capital na data indicada era condizente, em nossa visão, com nossas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
(+) Debêntures (circulante e não circulante)	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	206.471
(+) Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	9.552
(-) Caixa e equivalente de caixa	(168.821)
Dívida Líquida ¹	524.691
Patrimônio líquido (capital próprio)	953.986
Total do passivo (capital de terceiros)	1.104.048
Capital Total ²	2.058.033
% Capital de Terceiros	53,6%
% Capital Próprio	46,4%

(1) A Dívida Líquida da Companhia é definida como o total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência da Companhia.

(2) Refere-se à soma do patrimônio líquido e total do passivo.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No último exercício social, nossas necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional e por meio de captação de recursos de terceiros.

A administração da Companhia entende que seus níveis de geração de caixa operacional e de endividamento a permitem conduzir suas atividades operacionais, bem como implementar sua estratégia de expansão e crescimento, mediante o uso de recursos próprios e a contratação de empréstimos e financiamentos para esses fins. Os Diretores da Companhia acreditam ter condições de contratar e capacidade para honrar os empréstimos e financiamentos contratados no curso normal das atividades da Companhia.

O índice de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado na tabela abaixo:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
Ativo circulante (a)	410.827
Passivo circulante (b)	555.051
Liquidez Corrente (a / b)	0,74

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 410,9 milhões, e era inferior em R\$ 144,2 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 555,1 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,74.

A Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada na tabela abaixo:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
(+) Debêntures	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos	206.471
(+) Passivo de arrendamento	9.552
Dívida Bruta	693.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa	168.821
Dívida Líquida	524.691

A Dívida Bruta, que corresponde a empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é substancialmente de longo prazo, conforme segregação demonstrada no quadro abaixo:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
(+) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Circulante	283.920
(+) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Não Circulante	409.592
Dívida Bruta	693.512
% Passivo Circulante	40,9
% Passivo Não Circulante	59,1
Dívida Bruta	100,0

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 59,1% ou R\$ 409.592 milhões, da nossa Dívida Bruta com data de liquidação no longo prazo (%) e 40,6% ou R\$ 283.920 milhões, da nossa Dívida Bruta com data de liquidação no curto prazo. %).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos o caixa oriundo de nossas operações, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações, investir em melhorias na operação da Companhia.

A Diretoria entende que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram: (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; e (ii) linhas de crédito para capital de giro junto a bancos.

Tais fontes de financiamento foram utilizadas pela Companhia, principalmente, para cobrir custos e despesas relacionados a: (i) operações e negócios; (ii) exigência de pagamento decorrentes de seus contratos financeiros; (iii) exigências de pagamento decorrentes de linhas de crédito para capital de giro, dentre outras obrigações

A Diretoria entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Nossos empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso que dispomos para as nossas necessidades de capital, a qual pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Os Diretores da Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses.

Dessa maneira, acreditamos que o nosso caixa operacional será suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as nossas necessidades de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores reportaram que, em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da nossa Companhia era de R\$ 683.960 milhões, em Real e indexado ao CDI.

Nossa dívida líquida, calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos debêntures e passivo de arrendamento, circulante e não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 524,7 milhões em 31 de dezembro de 2022.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossos empréstimos e financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022 junto a instituições financeiras:

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Taxa de juros anual	Saldo
Bradesco, Banco do Brasil e Santander	Debênture	20/03/2026	CDI + 2,70%	477.489
FINISA	CDC	30/06/2025	CDI + 2,5% a.a	96.580
FINEP	Financiamento de Estudos e Projetos	31/12/2030	TJLP + 3,3% a.a	9.168
Banco do Brasil (Frankfurt)	Empréstimo EUR	31/08/2023	CDI + 2,50% a.a	100.596
Banco Santander	Conta Garantida	28/02/2023	CDI + 11,56% a.a	127
				683.960

(i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Empréstimo com o Banco do Brasil em moeda estrangeira(i) empréstimo no valor de até EUR 18.000.000,00 (dezoito milhões de euros), correspondentes a R\$ 91.089.000,00 (noventa e um milhões e oitenta e nove mil reais), com prazo de vencimento de até 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e taxa de até 3,15% (três) por cento ao ano, e (ii) Empréstimo Financeiro Direto Lei 4131 - derivativo do tipo swap com recebimento de variação cambial mais 3,15% (três e quinze por cento) ao ano, com a contrapartida de pagamento de CDI mais taxa de até 2,50% (dois vírgula, cinquenta por cento) ao ano, considerando o custo da comissão da estruturação

financeira de 0,3% (zero virgula três por cento) incidente sobre o valor total do financiamento efetivamente desembolsado com gross up, a ser convertido em moeda corrente nacional e prestação de fiança pela Publibanca Brasil S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 24.120.261/0001-03.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

a Companhia não possui outras relações financeiras de longo prazo diferentes das descritas no item logo acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de covenants ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

Para 3ª Emissão de Debêntures, de acordo com os termos contratuais, os eventos que podem gerar uma aceleração no vencimento das Debêntures são: decisão judicial que declare inexecutável a escritura de emissão das Debêntures, a fiança ou o contrato de cessão fiduciária, inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relativas às Debêntures prevista na escritura de emissão das Debêntures, transformação do tipo societária da Companhia, deixando de ser uma sociedade por ações, *cross default*, *cross-acceleration* no prazo e limites superiores aos previstos na escritura de emissão das debêntures, aplicação de recursos das Debêntures diversa do previsto na escritura de emissão das debêntures, pedidos de recuperação judicial ou falência, reorganizações societárias, mudança no objeto social ou no controle acionário da Companhia.

A seguir é detalhado o método de cálculo dos covenants da 3ª Emissão de Debêntures:

A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5x referentes ao exercício fiscal a se encerrar em 31 de dezembro de 2020 e menor ou igual a 3,00x referentes aos exercícios fiscais a se encerrar a partir de 31 de dezembro de 2021 (inclusive) com base nos indicadores pro forma, sendo a definição de EBITDA, para tal fim, o “lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses”. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será pro forma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A medição do referido índice é anual, com base nas

demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de cada ano. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático.

Em 17 de dezembro de 2020 foi aprovada pelos titulares das Debêntures em assembleia geral de debenturistas a postergação do início da apuração dos índices financeiros de Dívida Líquida/EBITDA (covenants) relacionados às Debêntures para o ano de 2022, considerando o período de referência o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Para fins das Debêntures, entende-se por:

(a) Dívida Líquida para fins de covenants significa o somatório resultante (a) da soma de (i) empréstimos, financiamentos, linhas de crédito com qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, (ii) leasings financeiros, (iii) parcelas não pagas de aquisições, desde que tais parcelas tenham vencimento inferior ou igual ao vencimento final das Debêntures, (iv) impostos parcelados e (v) mútuos ou qualquer outra forma de passivo com partes relacionadas, exceto se celebrados entre a Companhia e as Garantidoras ou mútuos com partes relacionadas com cronograma de amortização subordinado à Emissão, e (b) da subtração de caixa e equivalentes; e

(b) EBITDA significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será proforma considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

A Escritura de Emissão contém, ainda, outros covenants, tais como:

(i) *cross-default* e *cross-acceleration* de obrigações pecuniárias da Companhia e das garantidoras (Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. e TV Minuto S.A.), em valor superior a R\$ 10 milhões de reais;

(ii) vedação à alienação de ativos pela Companhia e/ou pelas garantidoras (Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. e TV Minuto S.A.) que representem valor individual ou agregado superior a R\$ 15% dos ativos totais da Companhia e/ou das garantidoras;

(iii) vedação à alteração de controle da Companhia ou das garantidoras (Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. e TV Minuto S.A.); e

(iv) restrição à distribuição de dividendos, exceto dividendos obrigatório, caso esteja em mora com pecuniárias ou não cumprimento do indicador financeiro.

A seguir é detalhado o método de cálculo dos covenants referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhares, exceto %)	2022
(+) Debêntures	477.489
(+) Empréstimos, financiamentos	206.471
(+) Passivo de Arrendamento	9.552
(-) Caixa e equivalentes de caixa	168.821
Dívida Líquida	524.691
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	251.820
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	2,1

(1) De acordo com a 3ª emissão de debêntures, para fins de cálculo é considerado o EBITDA pro forma considerando o resultado analisado da Otima.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS E HISTÓRICOS ENTRE O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita, líquida	799.978	415.698
Custos dos serviços prestados	(476.670)	(286.248)
Lucro bruto	323.308	129.450

Despesas Gerais e administrativas	(171.519)	(94.647)
Despesas Comerciais	(17.801)	(10.596)
Outras receitas (despesas), líquidas	433	(15.094)
Receitas (despesas) operacionais	(188.887)	(120.337)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos	134.421	9.113
Receitas financeiras	45.756	28.495
Despesas financeiras	(134.840)	(53.903)
Resultado financeiro, líquido	(89.084)	(25.408)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	45.337	(16.295)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(916)	(18.856)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	6.989	23.672
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	51.410	(11.479)

Receita líquida

A receita líquida totalizou R\$ 800 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$384,3 milhões, ou 92,4%, quando comparado com o valor de R\$415,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse avanço pode ser atribuído em grande parte ao aumento das vendas, impulsionado pelo desempenho favorável da vertente de ruas com a consolidação dos investimentos feitos no ano, além do desempenho de edifícios e shoppings.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$476.670 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 190,4 milhões, ou 66,5%, quando comparado com o valor de R\$286,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento deve-se pelo maior patamar da receita no ano e e pela consolidação das empresas adquiridas no ano.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$323,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$193,9 milhões, ou 149,8%, quando comparado com o valor de R\$ 129,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento deve-se ao maior volume de receita no ano e crescimento das margens da Companhia, principalmente nas empresas adquiridas..

Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras

As despesas gerais e administrativas, comerciais e outras totalizaram R\$188,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 68,6 milhões, ou 68,6%, quando comparado com o valor de R\$ 120,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento se deu principalmente pelo crescimento orgânico da empresa, além dos impactos da consolidação das novas empresas adquiridas.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido totalizou R\$89,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$63,7 milhões, ou 250,6%, quando comparado com o valor de R\$25,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa diferença se deve (i) ao aumento da CDI no período, que impacta os juros incorridos sobre as Debêntures e Empréstimos; (ii) à consolidação do resultado financeiro da Otima, consolidada em 2022; (iii) à redução do caixa no período devido ao uso dos recursos do IPO para aquisições.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$45,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 61,6 milhões, ou 378,2%, quando comparado com o prejuízo no valor de R\$16,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta melhora deve-se ao resultado da combinação entre o crescimento de telas em novos projetos como edifícios residenciais e comerciais, início da operação no Aeroporto de Congonhas, dos projetos na vertical de ruas, além da recuperação contínua da audiência no período – resultado da flexibilização da circulação de pessoas e do avanço da vacinação no ano.

Imposto de renda e contribuição social (corrente)

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente totalizou R\$0,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$17,9 milhões, ou 95,1%, quando comparado com o valor de R\$18,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu principalmente devido a adesão do PERSE nas empresas do grupo que reduziu as alíquotas do imposto.

Imposto de renda e contribuição social (diferido)

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou crédito de R\$ 7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 16,7 milhões, ou 70,5%, quando comparado com o valor de R\$ 23,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta redução deve-se, principalmente, pela realização de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por conta de lucro fiscal apurado principalmente na Otima

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro do exercício totalizou R\$ 51,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 62,9 milhões, ou 547,9%, quando comparado com o prejuízo de R\$ 11,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta redução deve-se, principalmente, pelos fatores citados acima.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	164,929	220	74868%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(494.390)	(104.072)	375%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(81.900)	(597.899)	-114%
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(411.361)	494.047	-183%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de 74867,7% %, ou R\$ 164,7 milhões, passando de R\$ 0,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 164,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2022, variação é explicada principalmente pelo bom desempenho das operações no ano, provenientes de melhorias nas margens e impacto das empresas adquiridas..

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de 375%, ou R\$ 390,3 milhões, passando de R\$ 104 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 494.390 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, variação quando comparamos com 2021 o aumento é explicado principalmente pelo pagamento das aquisições da subsidiárias Otima e MOOHB em 2022.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos apresentou uma redução de R\$ 905,4 milhões, passando de R\$ 597,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma posição negativa de R\$ 81,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, na comparação entre os anos, 2021 contempla os valores adquiridos através do IPO contra um 2022 que ocorreram maiores volumes de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base da sustentação das receitas da Companhia é composta pela prestação de serviços de publicidade (decorrentes de contratos comerciais e licitações).

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a prestação de serviço é efetuada pela veiculação da publicidade dos clientes por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia e suas controladas concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita.

Os diretores da Companhia entendem que a receita operacional líquida da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, inclusive: (a) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia; (ii) práticas comerciais de seus concorrentes; (iii) legislação tributária sobre prestação de serviços; (iv) margem bruta auferida.

Além disso, os aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país, a taxa de desemprego da população, pandemias, outras ações que impactem na perda de audiência, possíveis ações fiscais e regulatórias e diversos outros fatores podem afetar os resultados da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados e o custo de importação das telas, o qual é diretamente impactado pela taxa de câmbio. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, dessa forma, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia. A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassado parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

PIB (Produto Interno Bruto): Crescimento real do PIB e o poder de compra do consumidor são um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, que se relaciona ao interesse dos anunciantes em divulgar seus produtos e serviços. O PIB apresentou variação de 2,9% no ano de 2022.

Inflação: Impacta diretamente nossas despesas, como salários, custos de repasses, contratos de alugueis, fretes e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 5,7% em 2022. Para mais informações sobre os impactos da inflação em nossa receita, vide item 2.2 (c) deste Formulário de Referência.

Apesar do cenário macroeconômico desafiador nos último ano, a Companhia apresentou crescimento na sua receita operacional líquida, conforme apresentado no item 2.1 do presente Formulário de Referência.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita bruta da Companhia pode ser impactada pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente nossas despesas (como salários, contratos e insumos) e, também, custos de produção por parte de nossos fornecedores. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 5,78% em 31 de dezembro de 2022. A receita bruta do Grupo pode ser impactada pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente nossas despesas (como salários, contratos de aluguel e materiais de consumo) e, também, custos de produção por parte de nossos fornecedores. A receita bruta do Grupo totalizou R\$ 874.3 milhões no exercício 31 de dezembro de 2022.

Ainda que não existam receitas significativas denominadas em moeda estrangeira e, conseqüentemente, as taxas de câmbio não tenham impacto direto sobre o aumento da nossa receita, existem reflexos indiretos das taxas cambiais sobre custos e inflação, que incorporam o aumento dos insumos em dólares e, posteriormente, repassam para os preços de nossas telas e mobiliário urbano (MUB).

Temos sido, historicamente, capazes de repassar para nossos clientes variações positivas e negativas nos custos de nossos produtos, contudo em períodos mais longos de recessão econômica, pode haver dificuldade no repasse de aumento de custo, o que poderia gerar impacto na margem operacional da Companhia.

Para obter maiores informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, e no item 4.3 deste Formulário de Referência, as taxas de juro, de inflação e câmbio têm influência na formação de nossa receita operacional, em

especial, impactam diretamente nossa estrutura de custos e, portanto, podem impactar o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Tais variações nos índices de inflação (IPCA ou IGPM) impactaram diretamente o resultado operacional da Companhia, principalmente: (i) custos de repasses que são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação; (ii) nas despesas de aluguel de imóveis e (iii) outros custos de serviços prestados e despesas. A receita líquida do Grupo totalizou R\$ 800 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O risco cambial está relacionado, basicamente, a importação de equipamentos. Dessa forma, a variação nos investimentos em telas e equipamentos está atrelada ao valor desses equipamentos importados, com isso, oscilações no câmbio podem afetar os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes.

As aplicações financeiras da Companhia em geral são atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, conseqüentemente, refletem as variações incorridas nesses indicadores.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos serviços. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto.

Não houve impacto relevante nos resultados da Companhia em função do câmbio no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o mercado como um todo, afetando as nossas receitas com prestação de serviços. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não possui ressalvas ou ênfases.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas, adquiriu Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. inscrita no CNPJ nº 34.532.837/0001-01 nova denominação de MOOHB CPS concessionária de mobiliário urbano SPE Ltda. a qual possui concessão de exploração de mobiliário urbano (abrigos de ônibus) na cidade de Campinas, Estado de São Paulo; celebrou o contrato de exploração de mobiliário urbano na cidade de Porto Alegre, Estado Rio Grande do Sul e conseqüente criação da SPE Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. inscrita no CNPJ nº 45.501.439/0001-36; aquisição de controle da Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. inscrita no CNPJ nº 17.104.815/0001-13 a qual possui contrato de exploração de mobiliários urbano (abrigos de ônibus) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; celebração do contrato de concessão com a Prefeitura de Recife, Estado de Pernambuco referente a exploração de mobiliário urbano (abrigos de ônibus) e conseqüente criação da Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. CNPJ nº 47.734.361/0001-25 e considerando evento subsequente realizado em janeiro de 2023 a celebração do contrato de concessão com a Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia referente a exploração de mobiliário urbano (abrigos de ônibus e relógios digitais) e conseqüente criação do consorcio Consórcio Eletromidia-Shemp no CNPJ nº 49.008.918/0001-76.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à nós ou nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou em nossos resultados.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

(a.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156/22, de 26 de junho de 2022 (RCVM 156/22).

O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por (i) Despesas Combinação de Negócios (que referem-se a despesas inerentes aos processos de M&A que ocorreram ao longo dos exercícios —a Administração entende que despesas dessa natureza não devem impactar a geração de caixa operacional da Companhia e por conta disso, para melhor compreensão e análise, ajustamos essas despesas no cálculo do EBITDA Ajustado). (ii) Despesas *Stock Options* (que referem-se às despesas do plano de opção de compras de ações e incentivos que a Companhia concede para os Administradores e funcionários que possuem cargos estratégicos); e (iii) Outros não recorrentes (rubrica na qual estão reconhecidas despesas que não usuais da Companhia, ou seja, despesas que não são inerentes a operação, tais como, reversão de contas a pagar pela aquisição de investimentos, resultado com baixa de ativos, despesas com integração e rescisão de funcionários de empresas adquiridas, despesas previstas em acordo de acionistas (principalmente despesa com plano de saúde) e despesas de consultoria pagas a acionista controlador).

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucratividade e/ou desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis

adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro — *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa, com medidas de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da RCM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras empresas, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela RCM 156/22 não seja adotado por outras empresas, o EBITDA divulgado pode não ser comparável.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras empresas. A tabela abaixo apresenta o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
EBITDA ⁽¹⁾	251.674
Margem EBITDA ⁽²⁾	31,5%
EBITDA Ajustado	251.820
Margem EBITDA Ajustado ⁽³⁾	31,5%

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

⁽²⁾ A Margem EBITDA foi calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

⁽³⁾ A Margem EBITDA Ajustado foi calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(a.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento.

A Dívida Líquida da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não

possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
Dívida Bruta	693.512
Dívida Líquida	524.691

⁽¹⁾ Inclui o total do passivo de arrendamento devido a adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

(a.3) Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – *Return Over Equity*)

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) é obtido pela razão do lucro líquido (prejuízo) pelo patrimônio líquido.

O ROE não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os valores do ROE referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
ROE	5,4%

(1) Lucro líquido (prejuízo) dividido pelo patrimônio líquido. Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(b.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	51.410
(+/-) Resultado financeiro, líquido	89.084
(+/-) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(6.073)
(+) Depreciação e amortização	117.253
EBITDA (1)	251.674
(+) Despesas com combinação de negócios ⁽²⁾	3.104
Despesas com pagamento baseado em ações (stock options) ⁽³⁾	1.685
(+/-) Outras despesas (receitas) não recorrentes ⁽⁴⁾	(4.643)
(-) Reversão de contas a pagar pela aquisição de investimentos	
(+/-) Resultado com baixa de ativos	
(+/-) Despesa com integração e rescisão de funcionários	
(+/-) Despesas previstas em acordo de acionistas decorrentes de aquisições	
(+/-) Despesas com acionista controlador	
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	251.820
Receita líquida	799.978
Margem EBITDA ^{(1) (5)}	31,5
Margem EBITDA Ajustado ^{(1) (6)}	31,5

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

⁽²⁾ Refere-se a despesas de diligência legal e comissões de assessores financeiros

⁽³⁾ Refere-se a despesas com a outorga de opções de compra de ações que se tornaram *vested* no período

⁽⁴⁾ Refere-se a despesas com plano de saúde dos fundadores, consultoria de integração de empresas, contrato de prestação de serviços com sociedades integrantes do grupo econômico do acionista controlador. Para mais informações sobre os contratos com o acionista controlador, vide seção 16.3 e seção 16.4 deste Formulário de Referência.

⁽⁵⁾ Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

⁽⁶⁾ Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(b.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
(+) Debêntures	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos	206.471
(+) Passivo de arrendamento	9.552

Dívida Bruta	693.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(168.821)
Dívida Líquida	524.691

(b.3) Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – Return Over Equity)

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2022
Lucro líquido (prejuízo)	51.410
Patrimônio líquido	953.986
ROE	5,4

c. **explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

(c.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas não contábeis utilizadas como métricas de desempenho operacional por nossa Administração. Acreditamos que essas medições não contábeis funcionam como ferramentas comparativas relevantes para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, essas medidas não contábeis são utilizadas, também, como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros as utilizam como indicador para avaliar o nosso desempenho operacional e financeiro. Essas medidas não contábeis não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia. O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, nos níveis de despesas de depreciação e amortização, sendo o EBITDA Ajustado não afetado, também, por despesas e/ou receitas julgadas como não operacionais e/ou extraordinárias pela Administração da Companhia.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderarem despesas e/ou receitas que, por sua vez, afetam nosso resultado. Nós utilizamos essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

(c.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia entende que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições que contribuem para a compreensão da condição financeira da Companhia, uma vez que mede o grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

(c.3) Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – Return Over Equity)

A Companhia entende que a apresentação do ROE é apropriada na medida em que permite demonstrar a capacidade de geração de valor da Companhia a partir da aplicação dos recursos de seus acionistas.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Acordo de compra e venda para aquisição de participação acionária pela Globo Comunicação e Participações S.A.

Em 06 de março de 2023, a Companhia recebeu notificação enviada por (i) seus acionistas Vesuvius LBO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Vesuvius FIP”) e Alexandre Guerrero Martins (“Alexandre” e, em conjunto com o Vesuvius FIP, os “Vendedores”); e (ii) por Globo Comunicação e Participações S.A. (“Comprador”), informando que celebraram no dia 5 de março de 2023 um contrato de compra e venda de ações, tendo como objeto a venda de 12.000.000 de ações da Companhia detidas pelos Vendedores ao Comprador.

A conclusão da operação estava sujeita, dentre outras condições, à aquisição pelo Comprador de, no mínimo, 8.997.563 ações da Companhia por meio de operações em bolsa de valores a serem realizadas até 30 dias contados da assinatura do contrato, condição essa, atingida através da aquisição de 12.075.800 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente a 8,63% das ações ordinárias.

A operação depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Concessão para instalação e manutenção de relógios de rua e abrigos de ônibus no Município de Salvador.

Em 09 de janeiro de 2023, a Companhia assinou o contrato de concessão relativo ao Edital de Concorrência Pública 002/2022 (“Concorrência Pública”) – lotes 1 e 2, conduzido pela Prefeitura do Município de Salvador para a instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais e a instalação e manutenção de abrigos de ônibus, e a consequente exploração comercial dos espaços publicitários dos respectivos relógios e abrigos. A Companhia foi confirmada como empresa vencedora em 09 de setembro de 2022.

A Concessão contempla no lote 1: (i) a instalação e manutenção de 200 relógios eletrônicos digitais de rua – com 400 painéis publicitários; e (ii) a instalação de 3.000 lixeiras e, no lote 2 a instalação e manutenção: (i) de 836 abrigos de ônibus – com 820 painéis publicitários; (ii) de 200 abrigos de táxi; e (iii) 500 bicicletários.

O processo licitatório para a instalação e manutenção dos relógios de rua e abrigos de ônibus, e a consequente comercialização publicitária exclusiva desses espaços públicos, serão realizados no Município de Salvador pelo prazo de 20 anos.

A administração da Companhia declara que, neste momento, não é possível mensurar os impactos financeiros dos eventos subsequentes apresentados em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

b. regras sobre distribuição de dividendos

c. periodicidade das distribuições de dividendos

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	Valor equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para a formação de reserva legal, até que a reserva atinja o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme previsto em lei. Ademais, mediante proposta da administração e posterior aprovação em assembleia geral de acionistas, poderá, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), ser constituída reservas para contingências, reservas de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar, bem como ocorrer a retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	N.A
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	N.A
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por

	<p>deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>A capacidade de a Companhia distribuir dividendos pode ser limitada em razão de <i>covenants</i> de suas debêntures tendo por objeto indicadores financeiros, como a manutenção de um determinado valor de patrimônio líquido.</p>
<p>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>N/A</p>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não possuímos ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Nossos Diretores esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados em nossas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

iii. contratos de construção não terminada

Nossos Diretores esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada em nossas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Nossos Diretores esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossos Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, para o exercício social de 2023, o Conselho de Administração da Companhia pretende deliberar acerca do valor dos investimentos que serão dispendidos no montante de 109 milhões. Este investimento será destinado para projetos de expansão em todos os ambientes de atuação da Eletromidia, especialmente em Ruas.

Os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 79 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

<i>(em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)
Instalações	17,9	22,6
Máquinas e equipamentos	0,2	0,2
Móveis e utensílios	0,2	0,2
Painéis	4,2	5,3
Equipamentos de informática	0,1	0,1
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,1	1,4
Importações em andamento	49,7	62,7
Outros	0,3	0,4
Total Investimentos	79,3	100

No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2022, o crescimento e digitalização do nosso inventário de ativos, ocorreu majoritariamente pela captação orgânica de novos pontos para a instalação de painéis em todos os ambientes de atuação da Companhia, majoritariamente em Ruas e Edifícios e aquisição de sociedade a qual possui contrato celebrado com a administração publicação para exploração de mobiliário urbano..

Ao longo dos últimos anos, o crescimento do nosso inventário de ativos (painéis digitais e estáticos) ocorreu majoritariamente pela assinatura de novos contratos com parceiros e através da aquisição de concorrentes.

Nos próximos anos planejamos dar continuidade ao nosso modelo de expansão de inventário, através da participação de concorrências de novos contratos, aquisições de concorrentes, bem como através da captação orgânica de novos pontos para instalação de painéis em edifícios, bancas de jornal e shoppings e ainda celebração de contratos com a administração pública para exploração de mobiliário urbano. Nossa estratégia de expansão busca captar uma maior e mais diversificada audiência nos nossos ativos através da ampliação da nossa atuação geográfica e nas nossas verticais de atuação como, ruas, transportes, shoppings, elevadores e aeroportos.

Além da estratégia de expansão de inventário, iremos realizar investimentos na área de tecnologia, reforçando o time interno da Eletromidia através de novas contratações, desenvolvendo novas ferramentas de tecnologia para os nossos clientes integradas aos nossos ativos, além do desenvolvimento de novos produtos como aplicativos, por exemplo, que possam gerar um maior engajamento da nossa audiência.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Grupo realizou investimentos de R\$ 79 milhões.

O plano de investimentos da Companhia previsto para o ano de 2023 é de R\$ 109 milhões. O plano de investimentos é fortemente concentrado na compra, instalação e manutenção de painéis (digitais e estáticos) necessários para a consolidação dos planos de expansão da Companhia. O valor compreende o investimento de todos os ambientes de atuação da Eletromidia e em tecnologia, não está previsto o valor de aquisições ou outorgas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, de forma a realizar nossos investimentos, a principal fonte de financiamento é a geração de caixa das nossas operações, complementadas com a emissão de empréstimos e financiamento junto a terceiros.

Acreditamos que as fontes de financiamento que utilizamos são adequadas ao nosso perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a nossa capacidade de pagamento. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das aquisições informadas no item 2.4.b, não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecerem que não possui novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes, fora os já citados nos itens acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Promover uma cultura mais diversa e inclusiva, utilizar nossos espaços como instrumento de comunicação e informação de apoio a causas relevantes para as cidades, ampliar fontes de energia sustentáveis e mapeamento da gestão de resíduos.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há outros fatores com influência relevante não informado.

ELETROMIDIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 09.347.516/0001-81

NIRE 35.300.458.89-3 | Código CVM n.º 02556-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III:

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO A À RCVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, uma vez que não há dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ R\$ 32.190 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que não há dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem dividendos a serem distribuídos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que não foi apurado lucro líquido, nem distribuído dividendo juro sobre capital próprio nos três exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem destinação à reserva legal.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem ações preferenciais de sua emissão.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**
- b) Informar se ele está sendo pago integralmente**
- c) Informar o montante eventualmente retido**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem dividendos a serem distribuídos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- a) Informar o montante da retenção**
- b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c) Justificar a retenção dos dividendos**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem dividendos a serem distribuídos.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) Identificar o montante destinado à reserva**
- b) Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c) Explicar por que a perda foi considerada provável**
- d) Justificar a constituição da reserva**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem destinação a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**
- b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem destinação a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b) Identificar o montante destinado a reserva**
- c) Descrever como o montante foi calculado**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem destinação a reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificar o montante da retenção**
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem retenção prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a) Informar o montante destinado à reserva**
- b) Explicar a natureza da destinação**

A Companhia atualmente registra prejuízo acumulado, tendo sido proposto que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de R\$ 32.190.000,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa mil reais), seja destinado à absorção dos prejuízos acumulados, de forma que não há lucro líquido apurado no exercício, nem destinação a reserva de incentivos fiscais.

ELETROMIDIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 09.347.516/0001-81

NIRE 35.300.458.89-3 | Código CVM n.º 02556-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV:

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(CONFORME SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – RCVM 80)

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política da Remuneração de Administradores (“Política de Remuneração”), a qual foi formalmente aprovada em 3 de dezembro de 2020, e que pode ser consultada no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), em nosso *website* (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>).

A Política de Remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O departamento de Recursos Humanos junto com o Conselho de Administração avalia e propõe, anualmente, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários (“Administradores”), que é submetida à aprovação em Assembleia Geral .

Uma vez aprovada a remuneração global dos Administradores, o Conselho de Administração fixará a remuneração global por órgão e a individualização por membro.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estratégia de remuneração da Companhia, a qual abrange tanto remuneração fixa mensal - recebida a título de pró labore pelo conselho de administração e membros dos comitês, como salário pela Diretoria Estatutária e Não Estatutária -, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Essas pesquisas levam em consideração amostra de empresas que atuam no mesmo setor que a Companhia, além de sociedades de porte semelhante ao nosso, e buscam identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração. Tais pesquisas são realizadas internamente, coordenadas por nossa área de Recursos Humanos, e também por assessores especializados na prestação desse serviço, com o apoio de consultorias especializadas e cuja responsabilidade é a determinação dos critérios e parâmetros da pesquisa.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração atribuída condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, e levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração e Comitês

Remuneração Fixa:

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, pelo tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional, e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de sociedades de porte similar ao nosso.

Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, como locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, Estatutária ou não-Estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Incentivo de Longo Prazo:

Os membros do Conselho de Administração também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria Não Estatutária, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Benefícios Diretos e Indiretos:

Nossos Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Vale Alimentação; (iii) Vale Refeição; (iv) Vale Combustível; (v) Seguro de Vida; (vi) Estacionamento; (vii) Previdência Privada; (viii) Reembolso – verba de representação.

Remuneração Variável:

Os Diretores Não Estatutários poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, composta por PLR.

PLR: Os Diretores Não Estatutários também são elegíveis ao programa de PLR, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que, se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Incentivo de Longo Prazo:

Os Diretores Não Estatutários também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade. A Companhia nota que seus Diretores Estatutários são, desde 2021, celetistas.

Benefícios Diretos e Indiretos:

Nossos Diretores Estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Vale Alimentação; (iii) Vale Refeição; (iv) Vale Combustível; (v) Seguro de Vida; (vi) Estacionamento; (viii) Reembolso – verba de representação e (viii) Reembolso – verba de representação.

Remuneração Variável:

Os Diretores Estatutários poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, composta por PLR: .

PLRs: Os Diretores Estatutários também são elegíveis ao programa de PLR da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Incentivo de Longo Prazo:

Os Diretores Estatutários também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração fixa dos executivos tem por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, de forma a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por eles desenvolvidos, alinhando os interesses de curto prazo dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável, por sua vez, permite a Companhia oferecer retribuição aos Diretores Estatutários por seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia, de forma a alinhar os interesse de curto e médio prazo do Diretor com a Companhia.

O Incentivo de Longo Prazo, busca alinhar os interesses dos executivos aos objetivos estratégicos da Companhia, além de visar a atração e retenção de profissionais diferenciados e que agreguem valor aos resultados da Companhia a médio e longo prazo.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais:

2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	83%	0	17%*	100%
Diretoria Estatutária	12%	21%	67%	100%
Diretoria Não Estatutária	31%	47%	22%	100%
Conselho Fiscal	100%	0	0	100%
Comitê de Auditoria	100%	0	0	100%

* Relativa a incentivos baseados em ação outorgados em razão de cargo que não o exercido no Conselho de Administração

2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0	0	100%
Diretoria Estatutária	4,80%	7,14%	88,06%	100%
Diretoria Não Estatutária	17,13%	8,57%	74,30%	100%
Conselho Fiscal	0	0	0	0
Comitê de Auditoria	100%	0	0	100%

2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0	0	0	0
Diretoria Estatutária	23,61%	0%	76,39%	100%
Diretoria Não Estatutária	100%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0	0	0	0

Comitê de Auditoria	0	0	0	0
---------------------	---	---	---	---

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global para os administradores atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das S.A.

A metodologia de cálculo da remuneração dos administradores da Companhia se baseará em práticas de mercado atreladas à necessidade de atração e retenção de profissionais essenciais para a consecução dos objetivos sociais e atividades desenvolvidas pela Companhia. A Companhia, por meio da área de Recursos Humanos e com apoio de consultorias especializadas, verifica e acompanha as práticas de mercado com base em pesquisas, utilizando ainda de comparações com empresas do mesmo setor e do mesmo porte da Companhia, podendo ainda utilizar critérios de regionalização.

Em linhas gerais, não há metodologia fixa definida de reajuste de cada um dos elementos da remuneração previamente estabelecida pela Companhia. Eventuais reajustes de qualquer dos elementos da remuneração, a proposta é encaminhada para a Assembleia Geral de Acionistas e Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável, para que deliberem sobre tal tema.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de remuneração fixa. A remuneração variável é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos Diretores Estatutários e Não Estatutários são o EBITDA, sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício, além de outras métricas específicas das diversas diretorias e

áreas da Companhia. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês não é impactada por indicadores.

Os elementos variáveis de remuneração tendem a refletir a performance da Companhia no período e a levar em consideração o atingimento dos objetivos e metas individuais dos administradores e executivos, incluindo o alcance de metas propostas pelo Conselho de Administração, bem como se baseiam em indicadores financeiros como o EBITDA e Redução da Dívida Líquida como gatilho corporativo para a definição da remuneração variável. Ainda, possuímos também um painel de metas individuais e que determina entre 3 a 5 metas para cada administrador, além da avaliação comportamental, que também é considerada no cálculo da remuneração variável e é feita com base na definição de metas individuais de competências comportamentais (como, por exemplo, atuação ética, foco no cliente, organização e orientação para resultados, relacionamento interpessoal, liderança). Tanto os indicadores de desempenho quanto a avaliação comportamental possuem uma porcentagem mínima de atingimento para que o administrador seja elegível à remuneração variável.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão, a permanência de nossos executivos, e o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos três últimos exercícios sociais, 5 membros do Conselho de Administração da Companhia renunciaram expressamente à remuneração que faziam jus em razão do exercício do cargo na Companhia tendo em vista que os conselheiros recebem remuneração do acionista controlador da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Salvo pelo Incentivo de Longo Prazo, que é pago diretamente pela Companhia aos seus Diretores Presidente e Financeiro, o restante dos elementos que compõem a remuneração destes Diretores é suportado, desde 2020, pela sua subsidiária, Elemidia, em virtude do cargo que ocupam nessa subsidiária e demais sociedades do grupo, e, portanto, não estão abrangidos no montante global da remuneração total dos administradores da Companhia apreciado e deliberado por Assembleia Geral.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício 31.12.2023 (Prevista)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	4	3	14
Número de membros remunerados	2	4	1	7
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base ("Fixo")	R\$ 720.000	R\$ 3.420.000	R\$ 32.000	R\$ 4.172.000

Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	R\$ 810.851,92	0,00	R\$ 810.851,92
Remuneração por Comitês	R\$ 120.000	0,00	0,00	R\$ 120.000
Outros (d.i)	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável Anual				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	0,00	0,00	0
Participação em Resultados	0,00	R\$ 14.599.733,00	0,00	R\$ 14.567.733,70
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0
Comissões	0,00	0,00	0,00	0
Outros (d.ii)	0,00	0,00	0,00	0
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0
Remuneração baseada em ações	R\$ 1.226.655,90	R\$ 8.102.760,00	0,00	R\$ 9.329.415,90
Total	R\$ 2.066.656	R\$ 26.933.343,92	R\$ 32.000	R\$ 29.000.000
Observações:				

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício 31.12.2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Número de membros remunerados	2,00	3,00	1,00	5,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base ("Fixo")	R\$ 260.000	R\$ 1.272.385	R\$ 8.000	R\$ 1.540.384,81
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	R\$ 417.722,00	0,00	R\$ 417.722,38

Remuneração por Comitês	R\$ 110.000	0,00	0,00	R\$ 110.000,00
Outros (d.i)	R\$ 260.000	R\$ 1.272.385	R\$ 8.000	R\$ 1.540.384,81
Remuneração Variável Anual				
Bônus (“Remuneração Variável”)	0	0,00	0,00	0,00
Participação em Resultados	0	R\$ 2.242.208,10	0	R\$ 2.242.208,10
Remuneração por participação em Reuniões	0	0	0	R\$ -
Comissões	0	0	0	0,00
Outros (d.ii)	0	0	0	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	R\$ 54.244,08	R\$ 7.377.784,44	0,00	R\$ R\$ 7.432.028,52
Total	R\$ 424.244,00	R\$ 11.310.100	R\$ 8.000,00	R\$ 13.282.728,62

Observações: Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício 31.12.2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Número de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	5
Remuneração Fixa Anual				

Salário Base (“Fixo”)	R\$ 140.000,00	R\$ 1.219.960,63	0,00	R\$ 1.359.960,63
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	R\$ 341.470,68	0,00	R\$ 341.470,68
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável Anual				
Bônus (“Remuneração Variável”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Resultados	0,00	R\$ 1.085,25	0,00	R\$ 1.085,25
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	0,00	R\$ 2.318.795,25	0,00	R\$ 2.318.795,25
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	R\$ 28.622.900,00	0,00	R\$ 28.622.900,00
Total	R\$ 140.000,00	R\$ 32.504.211,81	0,00	R\$ 32.644.211,81

Observações: Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. PLR pago de acordo com a Convenção Coletiva 21/22 do Sindicato dos Publicitários, na qual a Eletromidia faz parte. Item “outros (d.ii)” refere-se a gratificação extraordinária pelo resultado de 2021. O valor da “Participação em Resultado” refere-se à participação nos lucros obrigatória decorrente da convenção coletiva de 2021.

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício 31.12.2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00

Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base (“Fixo”)	0,00	1.760.320,96	0,00	1.760.320,96
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	274.560,00	0,00	274.560,00
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável Anual				
Bônus (“Remuneração Variável”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	6.582.646,19	0,00	6.582.646,19
Total	0,00	8.617.527,15	0,00	8.617.527,15
Observações: Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.				

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
N.º total de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 5.370.750,00	N/A	R\$5.370.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 14.567.733,70	N/A	R\$14.567.733,70
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$ 5.775.000,00	N/A	R\$5.775.000,00

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
N.º total de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 3.024.000,00	N/A	R\$3.024.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 10.608.000,00	N/A	R\$10.608.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$ 4.800.000,00	N/A	R\$4.800.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 2.242.208,10	N/A	N/A

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7,00	4,00	N/A	11,00
N.º total de membros remunerados	0,00	2,00	N/A	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.796.352,39	N/A	R\$ 1.796.352,39
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 10.509.697,44	N/A	R\$ 10.509.697,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$ 4.989.867,75	N/A	R\$ 4.989.867,75
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 1.085,25 ¹	N/A	R\$ 1.085,25

1 O valor efetivamente reconhecido refere-se à participação nos lucros obrigatória decorrente da convenção coletiva de 2021.

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7	4	N/A	11
N.º total de membros remunerados	0	0	N/A	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 3.143.617	N/A	R\$ 3.143.617
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$8.482.775,00	N/A	R\$8.482.775,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$4.989.868,00	N/A	R\$4.989.868,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 0,00 ²	N/A	R\$ 0,00
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

²Em razão da peculiaridade da situação econômica do ano corrente, o Conselho de Administração aprovou que, para 2020, não haveria pagamento de PLR para a Diretoria Estatutária.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

1º SOP

O nosso primeiro plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão ("1º SOP") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções" ou "Ações"), nos termos do 1º SOP, os administradores, empregados em posição de comando ou gerencial e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades controladas ("Pessoas Elegíveis").

O 1º SOP é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do 1º SOP, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do 1º SOP, e a solução de dúvidas de interpretação do 1º SOP; (b) a eleição dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Opções ("Outorgados"), nos termos Outorgados e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (c) a aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Outorgados, observadas as determinações do 1º SOP; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções a serem outorgadas nos termos do 1º SOP e dos Contratos de Opção.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação aplicável, no Estatuto Social da Companhia e no 1º SOP, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os prestadores de serviços, administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Outorgados nem os princípios básicos do 1º SOP. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Outorgados. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia

relativamente a todas as matérias relacionadas com o 1º SOP. Sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia elegerá os Outorgados em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do 1º SOP, estabelecendo também os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do 1º SOP, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Outorgados, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade e preço das Ações Próprias a serem adquiridas pelo Outorgado; (b) a quantidade de Opções objeto da outorga; (c) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da Opção; (d) o prazo final para exercício da Opção; e (e) o Preço de Exercício e condições de pagamento. Para cada Ação Própria adquirida pelos Outorgados, a Companhia outorgará 5 (cinco) Opções. Cada Opção dará direito ao Outorgado de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito à ocorrência de um Evento de Liquidez, conforme definido no 1º SOP, ao decurso dos prazos de carência e aos demais termos e condições estabelecidos no 1º SOP e respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Outorgado, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Outorgados, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas nos termos do 1º SOP são pessoais e intransferíveis, não podendo o Outorgado, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes. O número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito do 1º SOP não excederá 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções a serem outorgadas nos termos do 1º SOP, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do 1º SOP esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

O 1º SOP foi 100% exercido em 20/03/2021, considerando-se o encerramento da oferta pública de ações da Companhia, sendo automaticamente extinto.

2º SOP

O segundo plano de opção de ações ordinárias de emissão da Companhia (“2º SOP” ou “Plano” e, em conjunto com o 1º SOP, “Planos”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2020. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber

opções de compra de ações de emissão da Companhia (“Opções” ou “Ações”), nos termos do Plano, os administradores e empregados em posição de comando ou gerencial da Companhia (“Pessoas Elegíveis”).

O 2º SOP é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelas diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do 2º SOP, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do 2º SOP, e a solução de dúvidas de interpretação do 2º SOP; (b) a eleição dos administradores, empregados em posição gerencial da Companhia em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Opções (“Outorgados”), nos termos Outorgados e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (c) a aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Outorgados, observadas as determinações do Plano; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções a serem outorgadas nos termos do 2º SOP e dos Contratos de Opção.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação aplicável, no Estatuto Social da Companhia e no 2º SOP, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os prestadores de serviços, administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Outorgados nem os princípios básicos do 2º SOP. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Outorgados. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o 2º SOP. Sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia elegerá os Outorgados em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do 2º SOP, estabelecendo também os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

Para fazer jus às Opções, os Outorgados deverão, uma vez decorrido os períodos especificados pelo Conselho de Administração nos respectivos Contratos de Outorga, desde que não tenha havido o Desligamento dos referidos Outorgados, investir recursos próprios na aquisição de determinada quantidade de Ações Próprias, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração. Para cada Ação Própria adquirida, a Companhia outorgará 4 (quatro) Opções. A outorga de Opções nos termos deste Plano será regulada pelos Contratos de Opção a serem

celebrados entre a Companhia e os Outorgados, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade e preço das Ações Próprias a serem adquiridas pelo Outorgado; (ii) a quantidade de Opções objeto da outorga; (iii) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da Opção; (iv) o prazo final para exercício da Opção; e (v) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Outorgado, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Outorgados, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas nos termos do 2º SOP são pessoais e intransferíveis, não podendo o Outorgado, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes. O número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito do 2º SOP não excederá 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções a serem outorgadas nos termos do 2º SOP, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

Os Outorgados poderão adquirir as Ações Próprias nos termos do 2º SOP, sujeito à permanência contínua do vínculo do Outorgado como administrador ou empregado em posição de comando ou gerencial da Companhia durante os períodos abaixo especificados e observadas as seguintes proporções:

- 20% (vinte por cento) do número total das Ações Próprias poderão ser adquiridas no prazo máximo de 30 dias contados da data de assinatura do Contrato de Opção;
- 20% (vinte por cento) do número total das Ações Próprias poderão ser adquiridas entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de janeiro de 2021;
- 20% (vinte por cento) do número total das Ações Próprias poderão ser adquiridas entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de janeiro de 2022;
- 20% (vinte por cento) do número total das Ações Próprias poderão ser adquiridas entre 01 de janeiro de 2023 e 31 de janeiro de 2023; e
- 20% (vinte por cento) do número total das Ações Próprias poderão ser adquiridas entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de janeiro de 2024.

Após a outorga, o Conselho de Administração da Companhia votou, em reunião de 20 de janeiro de 2021, pela prorrogação do prazo para aquisição das Ações Próprias das duas primeiras tranches para o dia 31 de março de 2021.

b. data de aprovação e órgão responsável

O nosso 1º SOP foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2017. Já o 2º SOP foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2020, cabendo ao Conselho de Administração da Companhia a administração do Plano.

c. número máximo de ações abrangidas

O número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito dos Planos não excederá 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções a serem outorgadas nos termos dos Planos, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

O número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito dos Planos não excederá 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções a serem outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

e. condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Outorgados em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme estabelecido nos Planos, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Nos termos dos Planos, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

h. forma de liquidação

Com base na Cláusula 6.2 do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

i. restrições à transferência das ações

No Acordo de Acionistas celebrado no âmbito do 1º SOP (“Acordo de Acionistas 1º SOP”), há restrição à transferência de qualquer forma das ações dos outorgados a ele vinculadas, o que apenas será permitido (i) mediante exercício do direito de preferência da Companhia e dos Acionistas Principais (conforme definido no Acordo de Acionistas 1º SOP) (ii) caso o terceiro adquirente concordar plena e irrestritamente ao Acordo de Acionistas 1º SOP, sub-rogando-se na posição do outorgado cedente.

Os outorgados têm direito de venda conjunta de suas ações em caso de transferência do controle ou em evento de liquidez da Companhia ou em caso de venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia. Da mesma forma, os Acionistas Principais têm direito de venda forçada das ações dos outorgados em iguais condições.

A Companhia e os Acionistas Principais têm opção de compra das ações dos Outorgados, exercível mediante término da relação jurídica entre a Companhia e o Outorgado.

De acordo com o 1º SOP, nenhuma ação própria pode ser transferida até que ocorra um evento de liquidez (sendo que o evento de liquidez também é condição para que as opções possam ser exercidas antes dos 60 dias que precedem o decurso do prazo máximo de vigência das opções, i.e., 10 (dez) anos).

Se o evento de liquidez for uma oferta pública de ações de emissão da Companhia (“IPO”), o outorgado somente poderá alienar de imediato, direta ou indiretamente, 50% (cinquenta por cento) das ações por ele detidas. As demais ações somente poderão ser alienadas, direta ou indiretamente, uma vez transcorridos 12 (doze) meses da data da publicação do anúncio de início do IPO.

Além disso, o Acordo de Acionistas 1º SOP determina o quanto segue:

Cláusula 3.3 – Subrogação no AA: para uma Transferência a um terceiro ser eficaz, tal Terceiro deve aderir ao Acordo de Acionistas SOP, sub-rogando-se na posição do Outorgado cedente.

Cláusula 4.1 – Direito de Preferência: a Companhia e os Acionistas Principais terão direito de preferência para adquirir as Ações em igualdade de condições com o potencial comprador.

Cláusula 5.1 – Tag Along: em caso de Evento de Liquidez que não seja um IPO, poderão os Outorgados exigir que Ações de sua titularidade sejam alienadas em conjunto com as ações detidas pelos Acionistas Principais, na mesma proporção das ações de emissão da Companhia alienadas pelos Acionistas Principais, na mesma operação e nas mesmas condições do Evento de Liquidez (“Direito de venda Conjunta”).

Caso os Acionistas Outorgados não exerçam o seu Direito de Venda Conjunta, os Acionistas Principais estarão livres para transferir todas as suas Ações no âmbito do Evento de Liquidez.

Cláusula 6.1 – Drag Along: em caso de Evento de Liquidez (incluindo IPO) em que os Outorgados não exerçam seu Direito de Venda Conjunta, os Acionistas Principais terão o direito de exigir que os Outorgados transfiram até a totalidade de suas respectivas Ações, em conjunto com as ações detidas pelos Acionistas Principais, na mesma operação e nas mesmas condições do Evento de Liquidez”.

O 1º SOP foi 100% exercido em 20/03/2021, considerando-se o encerramento da oferta pública de ações da Companhia, sendo automaticamente extinto.

O Acordo de Acionistas referente ao 2º SOP determina que ,exceto quando do exercício da opção de compra, os acionistas Outorgados não poderão transferir suas Ações por um período determinado (“Período de Lock-up”), nos termos a seguir: (i) caso tenha ocorrido um IPO da Companhia até a data da transferência, as Ações Próprias e as novas Ações somente poderão ser transferidas após o transcurso do Período de Lock-up assumido pelo Vesuvius FIP no contexto do IPO; (ii) caso não tenha ocorrido um IPO da Companhia até a data da transferência, as Ações Próprias adquiridas pela(o) Outorgada(o) somente poderão ser transferidas após 12 (doze) meses contados da data de aquisição das respectivas Ações Próprias.

Ainda, os acionistas Outorgados se comprometem a não transferir ou de outra forma negociar, direta ou indiretamente, a qualquer título, no todo ou em parte, sob qualquer forma, incluindo, sem limitação, venda, cessão, outorga de opção de compra ou de preferência, transferência por meio de reorganização, operação societária, conferência ao capital ou qualquer outro evento de alienação e/ou transferência, ou qualquer operação que tenha efeitos análogos (incluindo aumento de capital com posterior distribuição de dividendos ou ativos e quaisquer operações *cash-in/cash-out*, independentemente do decurso do tempo entre a entrada e a saída de recursos), suas Ações, sem observar as disposições do Acordo de Acionistas referente ao 2º SOP. Qualquer transferência de Ações ou direitos de preferência na subscrição de Ações ou, ainda, a criação de quaisquer ônus sobre as Ações em violação ao Acordo de Acionistas referente ao 2º SOP não será eficaz, sendo, portanto, proibido: (i) o seu registro no livro de transferência de ações nominativas da Companhia e no livro de registro de ações nominativas da Companhia, ou escrituração junto ao escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme aplicável; e (ii) o exercício, pelo cedente e pelo cessionário, de qualquer direito conferido pelas Ações.

No mais, caso os acionistas Outorgados desejem transferir as Ações a um terceiro, no todo ou em parte, após o Período de Lock-up e desde que não tenha ocorrido um IPO da Companhia, deverão respeitar o direito de preferência garantido à Companhia e Acionistas Principais (conforme definidos no Acordo de Acionistas referentes ao 2º SOP) para adquiri-las em igualdade de condições com o potencial comprador.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos entraram em vigor na data de sua respectiva aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderão ser extintos a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência dos Planos não afetará a eficácia das Opções, ainda em vigor, outorgadas com base neles.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento do Outorgado, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, se o Outorgado: (a) entre a data da assinatura do Contrato de Opção e a data de outorga (i) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo sem justa causa o contrato de prestação de serviços; ou (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador ou rescisão com justa causa do contrato de prestação de serviços; ou (iii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições

de administrador ou rescisão sem justa causa do contrato de prestação de serviços; ou (iv) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente; ou (v) desligar-se da Companhia por falecimento; o Outorgado não terá direito à aquisição das Ações Próprias e, portanto, não terá direito à outorga das Opções; (b) após a data de outorga (i) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador ou rescisão sem justa causa do contrato de prestação de serviços; ou (ii) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente; ou (iii) desligar-se da Companhia por falecimento; as Opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, bem como aquelas Opções cujos prazos de carência decorreriam nos 12 (doze) meses subsequentes ao desligamento do Outorgado deverão ser mantidas pelo Outorgado, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de 10 (dez) anos a partir da data de outorga; (c) após a data de outorga (i) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador ou rescindindo sem justa causa o contrato de prestação de serviços; ou (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador ou rescisão com justa causa do contrato de prestação de serviços; todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu Desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização e/ou pagamento ao Outorgado.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Outorgado.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Em relação ao 2º SOP:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	4	7
N.º de membros remunerados	4	1
Preço médio ponderado de exercício:	O preço de exercício corresponderá ao preço das ações próprias adquiridas pelo administrador, corrigido pelo CDI.	O preço de exercício corresponderá ao preço das ações próprias adquiridas pelo administrador, corrigido pelo CDI.
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$5,923681691 (corrigido pelo CDI desde 29.12.2020) A estimativa é R\$7,09 aproximadamente	R\$5,923681691 (corrigido pelo CDI desde 29.12.2020) A estimativa é R\$7,09 aproximadamente
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$5,923681691 (corrigido pelo CDI desde 29.12.2020) 149.157	R\$5,923681691 (corrigido pelo CDI desde 29.12.2020)

Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	0,36%	0,04%
---	-------	-------

Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício social encerrado em 31.12.2022

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	3,00	7,00
N.º de membros remunerados	2,00	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 10,68	R\$10,68
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 6,27 R\$ 1.939.680,93	R\$6,64 R\$ 90.954,72
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	0,36%	0,04%

Em relação ao 1º SOP:

Com relação ao 1º SOP, a Companhia ressalta que informa somente o conteúdo referente aos exercícios sociais de 2020 e 2021, em virtude de o 1º SOP ter sido extinto, de modo que não existiam, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, opções a serem exercidas no âmbito do 1º SOP, e conseqüentemente, não há uma previsão para 2023.

Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício social encerrado em 31.12.2021

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	4,00	7,00
N.º de membros remunerados	2,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		

(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 1,49	-
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$7,41	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	2,021%	-

Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício social encerrado em 31.12.2020

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	4,00	7,00
N.º de membros remunerados	2,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 1,20 (preço ajustado pelo desdobramento de ações da Companhia)	-
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0,00	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	1,19%	-

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Outorga de opções de compras de ações – previstas para exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	0	4
N.º total de membros remunerados	0	4
Data de outorga	0	Maio/2023
Quantidade de opções outorgadas	0	2.811.776
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	3 a 7 anos
Prazo máximo para exercício das opções	0	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	0	0
Valor justo das opções na data de outorga	0	15,60
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	R\$43.863.705,60

Outorga de opções de compras de ações realizadas no exercício social encerrado em 31.12.2022 com base no 2º SOP

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	7,00	3,00
N.º total de membros remunerados	0,00	1
Data de outorga	29. 12.2020 Aditado em 01.06.2022 Não hou e emissão de um novo plano, apenas um aditivo redistribuindo as ações aprovadas em 2020	29. 12.2020 Aditado em 01.06.2022 Não houve emissão de um novo plano, apenas um aditivo redistribuindo as ações aprovadas em 2020
Quantidade de opções outorgadas	13.698	19.334
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Agosto/2022	agosto/2022
Prazo máximo para exercício das opções	Agosto/22	Agosto/22
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	Não há mais Período de Lock-up	Não há mais Período de Lock-up
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 3,96	R\$ 3,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$54.244,08	R\$ 76.562,64

Outorga de opções de compras de ações realizadas no exercício social encerrado em 31.12.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	00	00
N.º total de membros remunerados	0,00	00
Data de outorga	00	00

Quantidade de opções outorgadas	00	00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	00	00
Prazo máximo para exercício das opções	00	00
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	0,00	00
Valor justo das opções na data de outorga	00	00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	00	00
	00	00

Outorga de opções de compras de ações realizadas no exercício social encerrado em 31.12.2020 com base no 1º SOP

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	7,00	4,00
N.º total de membros remunerados	0,00	4
Data de outorga	-	29.12.2020
Quantidade de opções outorgadas	-	3.211.010
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	setembro de 2021
Valor justo das opções na data de outorga	-	0,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$2.761.468,60

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	7,00	3,00
N.º de membros remunerados	1,00	3
Opções ainda não exercíveis	0	0
Quantidade	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	10,60	10,35
Valor justo das opções no último dia do exercício social	3,96	3,96

Opções exercíveis	0	0
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há lock-up	Não há lock-up
Preço médio ponderado de exercício	10,60	10,35
Valor justo das opções no último dia do exercício social	3,96	3,96
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	49.175,82	2.776.603,66

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de exercício**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em
31.12.2022**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	3,00	7,00
N.º de membros remunerados	3,00	1
N.º de ações	702.969	13.698
Preço médio ponderado de exercício	6,27	3,96
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	10,50	10,60
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$2973558,87	R\$92.747,52

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em
31.12.2021**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	4,00	7,00
N.º de membros remunerados	4,00	0,00
N.º de ações	770.640	0,00
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,49	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	12,22	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$8268967,20	0,00

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em
31.12.2020**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º total de membros	3,00	7,00
N.º de membros remunerados	3,00	0,00
N.º de ações	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ou possuía nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ou possuía nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de aquisição**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ou possuía nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O modelo para precificação utilizado foi o Binomial ou Black&Scholes, compatível com a metodologia utilizada pelo mercado para precificação de Stock Options e está alinhado com a expectativa de exercício da opção em período intermediário entre o vesting e o término do prazo do exercício.

Principais premissas: (i) strike price/preço de exercício conforme definido em contrato; (ii) stock price com base no último aumento de capital anterior a outorga das opções; (iii) para avaliação da volatilidade histórica esperada do valor da ação na data de exercício da opção foi utilizado a avaliação diária do valor de mercado de comparáveis considerando o período de 5 anos anteriores à data da outorga; (iv) prazo de vida da opção de 10 anos, conforme contrato; (v) em decorrência da expectativa da administração de não distribuir os dividendos para a Eletromidia no prazo para o exercício da opção, foi estabelecido o uso do percentual nulo a este input; (vi) devido ao plano de outorga afirmar que o preço de exercício apresenta a variação do índice de IPCA, a curva futura cupom de IPCA (DI x IPCA) divulgada pela B3 para o prazo de exercício esperado a opção foi utilizada como base da taxa livre de risco.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Detalhes	1º SOP	2º SOP
Data de início (primeira outorga)	6.11.2019	29.12.2020.
Quantidade de opções	2.486.000	3.894.636 poderão vir a ser outorgadas
Preço de exercício – R\$	R\$1,12 (corrigido pelo IGP-M desde 6.11.2019)/R\$1,77 (corrigido pelo IGP- M desde 21.11.2019) (preço ajustado cf. Desdobramento)	5,923681691 (corrigido pelo CDI desde 29.12.2020)
Volatilidade anualizada esperada	20,28%	21,21%
Prazo de maturidade esperado (*)	21.11.2025	1.2.2026

Valor justo da opção	Em Dez. 19: R\$ 4,69 / R\$ 5,14 (preço ajustado cf. Desdobramento)	Em caso de oferta pública de ações e caso 100% das Ações Próprias sejam adquiridas pelos outorgados: Carência em Fev 21: R\$ 0,460 Carência em Fev 22: R\$ 0,658 Carência em Fev 23: R\$ 0,811 Carência em Fev 24: R\$ 0,940 Carência em Fev 25: R\$ 1,054
Taxa de juros livre de risco	3,40%	3,40%
Preço médio ponderado das ações	5,95	5,79

(*) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Devido as variações de mensuração entre os distintos prazos para o exercício e considerando que o plano de outorga em avaliação apresenta 5 datas de período de vesting e um prazo de 10 anos para exercício, foi utilizado como prazo de exercício o mid-point desse período, equivalente a 7 anos desde a outorga.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de preços de opções de empresas que prestam serviços comparáveis no mercado internacional (quais sejam: “Clear Channel”, “Lamar”, “JCDecaux”, “The Interpublic Group of Company”, “Omnicom Group Inc”, “Outfront Company”), uma vez que não existem empresas de mídia e OOH no mercado brasileiro que possam ser utilizadas como base para comparação.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Idem resposta ao subitem "8.12.a" - Modelo de precificação.

Mencionamos que em 2022 houve realocação de ações entre dois participantes, não sendo outorgadas novas ações, entretanto tais participantes possuem cadeiras diversas das anteriores, sendo um deles alterado de Diretor Estatutário para Conselho de Administração.

A precificação de ações considera o valor de mercado no dia do exercício subtraído o valor adquirido previsto no contrato atualizado pelo CDI.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Ações
Conselho de Administração	4,61%
Diretoria	2,47%
Conselho Fiscal	0,00%

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. nome do plano**
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. condições para se aposentar antecipadamente**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Nº de membros	3,00	4,00	4,00	7,00	7,00	7,00	3,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	4,00	2,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	R\$ 4.894.668,00	R\$17.621.110	R\$ 4.970.538,44	R\$204.000,00	R\$ 80.000,00	0,00	R\$ 8.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$4.894.668,00	R\$ 7.511.703	R\$ 702.444,00	R\$ 150.000,00	R\$ 60.000	0,00	R\$ 8.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	R\$ 3.770.033,33	R\$ 8.126.052,95	R\$ 2.154.381,79	R\$ 212.122	R\$ 70.000	0,00	R\$ 8.000,00	0,00	0,00

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão que exerceram o cargo por período inferior a 12 meses. O valor da maior remuneração foi apurado sem qualquer exclusão.
31/12/2021	N/A
31/12/2020	N/A

Conselho de Administração	
31/12/2022	Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão que exerceram o cargo por período inferior a 12 meses. O valor da maior remuneração foi apurado sem qualquer exclusão.
31/12/2021	N/A
31/12/2020	Todos os membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração no exercício de 2020.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	N/A
31/12/2021	N/A
31/12/2020	N/A

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos pré-acordados atualmente para indenização de administradores em caso de aposentadoria ou destituição de cargos. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela de cessação do cargo a esses Diretores.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 31.12.2020	Exercício 31.12.2021	Exercício 31.12.2022	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos 3 últimos exercícios sociais e quanto à previsão para o exercício social corrente, a Companhia não reconheceu e não pretende reconhecer em seus resultados remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 31.12.2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	R\$ 1.209.262,34	N/A	R\$ 1.209.262,34
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12.2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12.2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A

Controladas do emissor	N/A	R\$ 5.375.049,53	N/A	R\$ 5.375.049,53
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12.2021 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12. 2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	R\$ 1.559.006,10	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12.2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Previsão para o exercício social corrente (2023) – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Previsão para o exercício social corrente (2023) – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem informadas nesta Seção 08 do Formulário de Referência.